

SERÁ QUE ELAS SOFREM? ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE
DEATH WITHOUT WEeping DE NANCY SCHEPER-HUGHES*

Mónica Franch & Tânia Lago-Falcão

Introdução

Este ensaio busca discorrer sobre algumas interpretações antropológicas acerca da relação entre o sentimento materno e a morte infantil no Nordeste brasileiro. Interpretações essas que têm em comum o fato de terem sido elaboradas e divulgadas, principalmente, fora do país. O pontapé inicial a esse debate foi dado pela antropóloga norte-americana Nancy Scheper-Hughes, que apresentou a polêmica tese da negligência seletiva, segundo a qual as mães nordestinas exercem uma influência negativa para a sobrevivência das crianças, escolhendo aquelas que irão amar e cuidar. O livro em que Scheper-Hughes discute essas questões, *Death without weeping*¹, causou bastante impacto quando publicado (1992) e é hoje considerado leitura obrigatória para antropólogos estudiosos do Brasil em inúmeros centros internacionais.

A polêmica tese de Scheper-Hughes provocou diversas reações dentro e fora do Brasil. As principais críticas vieram de duas conterrâneas da autora, as antropólogas Marilyn Nations e Linda Rebhun que, com base em estudos junto a mulheres nordestinas que perderam seus filhos, chegaram a conclusões diametralmente opostas quanto ao sentimento materno em contextos de altas taxas de mortalidade infantil. No Brasil, uma resenha da antropóloga Lygia Sigaud (1995) mostrou de forma sintética porém contundente alguns dos principais problemas da interpretação de Scheper-Hughes. Outros trabalhos também questionam a tese da negligência seletiva². Entretanto, de um modo geral, pode-se dizer que a antropologia³ brasileira não tem tomado para si esse debate com a seriedade que merece, uma vez que *Death without weeping* está se convertendo no "cartão de visita" nacional em meios acadêmicos pelo mundo afora.

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no GT 'Sociologia das Emoções', no XI Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste, Aracaju, 2003. Queremos registrar nossos sinceros agradecimentos ao professor Russell Parry Scott, do PPGA-UFPE, que sempre nos estimulou na pesquisa sobre o tema, facilitando o acesso à bibliografia e enriquecendo nossas discussões com seus comentários sempre pertinentes.

¹ Estaremos utilizando a tradução ao espanhol, publicada pela Editora Ariel, em 1997.

² Franch, Lago-Falcão & Silva (1999), Franch & Lago-Falcão (1999, 2000a, 2000b). Questões sobre o trabalho de Scheper-Hughes também são abordadas em Scott (2004), embora o foco do trabalho não seja especificamente o sentimento materno nem a tese da negligência seletiva.

³ Questões sobre sentimentos e comportamentos das mães de crianças estão presentes em vários trabalhos sobre mortalidade infantil da área médica.

Pensamos que discorrer sobre esses assuntos é importante, entre outras coisas, porque nos permite refletir sobre como podem ser descritos e interpretados sentimentos e expressões comportamentais: de que forma a visão do antropólogo informa essa compreensão? Como são feitas as traduções culturais de fatos observáveis num terreno tão pantanoso como as emoções? Para isso, iremos primeiro apresentar alguns aspectos da argumentação de Scheper-Hughes com objetivo de situar o pensamento da autora. Em seguida, descreveremos as críticas tecidas por Nations e Rebhun para, por fim, levantar algumas questões que nos parecem relevantes nesse debate.

1. *Death without weeping* - discorrendo sobre morte, pobreza e sentimento materno

“Este livro trata sobre cultura e escassez, ambas em seu sentido material e psicológico, e sobre seus efeitos sobre o pensamento e a prática moral, particularmente sobre o ‘pensamento materno’”. Com essas palavras, Nancy Scheper-Hughes (1997, p.26) sintetiza o grande esforço da sua obra: descobrir de que maneira a pobreza afeta a capacidade das mães nordestinas amarem e cuidarem de seus filhos. Publicado pela primeira vez em 1992, o livro *Death without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil* aborda reflexões advindas de dois períodos em que a antropóloga viveu no Nordeste brasileiro, desempenhando papéis diferentes.

Sua primeira experiência se deu nos anos de 1964 a 1966, quando, então contando vinte anos de idade, para aqui veio como membro dos *Peace Corps*, uma organização norte-americana, criada no governo de John F. Kennedy, que enviou centenas de jovens voluntários desse país a vários recantos do mundo, inclusive ao Nordeste brasileiro depois do golpe militar. Scheper-Hughes retornou 15 anos depois, como antropóloga disposta a estudar o sentimento materno e a morte infantil, questões que tinham emergido dessa primeira estadia. Desta feita, num total de catorze meses distribuídos entre os anos de 1982 e 1989, a autora levantou a história reprodutiva de cem mulheres e também entrevistou alguns homens moradores da mesma localidade na qual tinha vivido anteriormente: o Alto do Cruzeiro, situado na cidade de Bom Jesus da Mata (nome fictício), município da zona da mata de Pernambuco.

Em seus seis capítulos iniciais, o livro discorre sobre aspectos que Scheper-Hughes julga cruciais na compreensão da vida cotidiana no Nordeste: a economia do açúcar, o clientelismo, a sede (ligada à seca e à dificuldade de acesso à água de boa qualidade), a fome crônica, os “nervos” e a violência. Mas é nos três capítulos centrais⁴ onde a autora exprime a polêmica tese da negligência seletiva e discorre amplamente sobre o sentimento das mães perante a morte de seus filhos.

Scheper-Hughes entende que há uma multiplicidade de causas para a mortalidade infantil, dominada pelos fatores sócio-econômicos. Pobreza,

⁴ Cap. 7: Dois pés de profundidade e um caixão de cartão; cap. 8: Amor materno, amor alterno; cap. 9: Nossa Senhora das Dores.

descaso das autoridades, precariedade das condições de moradia e desigualdade entre as classes são, segundo a autora, responsáveis pelas altas taxas encontradas no Nordeste. Essa combinação de fatores se expressa, sobretudo, na fome crônica que Scheper-Hughes considera ser o principal flagelo dos nordestinos da zona da mata, afetando sobremaneira a criança no primeiro ano de vida⁵. Porém, as condições que produzem a morte de crianças nunca foram a principal preocupação da antropóloga:

Mas não eram as mortes o que me surpreendia. O que preocupava não era algum misterioso enigma epidemiológico [...] Antes, o que me deixava perplexa era a aparente 'indiferença' das mulheres do Alto diante da morte de seus bebês e a tendência a atribuir às próprias criaturas uma 'aversão' à vida que fazia com que suas mortes parecessem completamente previsíveis (Scheper-Hughes, 1997, p. 265).

A tese que Scheper-Hughes defende é que as populações empobrecidas desenvolvem mecanismos de defesa contra o açoitamento da morte das crianças. Mais concretamente, haveria uma série de critérios para a seleção ("triagem") de determinadas crianças que têm maior possibilidade de morrer ("crianças condenadas") e outras que têm maiores chances de sobreviver, determinando investimento desigual das mães em relação a cada categoria de crianças. Uma são amadas e cuidadas, as outras são negligenciadas tanto material como afetivamente. Desta forma, e apesar de repetir em diversas ocasiões que é preciso descrever sem culpabilizar, a tese da negligência seletiva termina tendo um caráter acusatório difícil de ignorar:

... na ausência de bases firmes que permitam gerar expectativas razoáveis de sobrevivência infantil, o pensamento e a prática materna se enraízam numa série de pressupostos (por exemplo, que crianças e bebês são facilmente substituíveis ou que algumas crianças nascem "querendo morrer") que contribuem, ainda mais, a um ambiente que é perigoso, ou mesmo antagônico, às novas vidas (Scheper-Hughes, 1997, p. 31).

No oitavo capítulo, Scheper-Hughes identifica algumas das situações nas quais se estabelece que uma criança foi "condenada". Em primeiro lugar, ela menciona os casos em que as mães atribuem ao seu rebento um desgosto pela vida, expresso pela recusa em comer, beber e, até, interagir com os outros – reação normal, segundo a antropóloga, entre crianças desnutridas. Em outras ocasiões, a escolha das crianças é feita no próprio momento em que nascem, quando a parteira recomenda tratamentos diferenciados para as crianças fortes e para as fracas: dar um chá às primeiras para limpar e fortificar, e apenas um

⁵ Sigaud (1995) dirige críticas contundentes à ênfase de Scheper-Hughes na fome como princípio explicativo dos comportamentos sociais, ignorando a regra básica de Durkheim de explicar um fato social a partir de outros fatos sociais: "Tudo se passa em seu livro como se os comportamentos sociais dos moradores do Alto do Cruzeiro fossem determinados pela 'fome', como se entre a experiência biológica da fome e os comportamentos não houvesse a mediação do social" (p. 170).

pouco de mingau às segundas, à espera de que Jesus disponha qual o destino das mesmas (1997, p. 354).

Por fim, a situação mais discutida é o estabelecimento do diagnóstico de “doença de criança” ou “ataque de menino” pela mãe e/ou pai da criança. Ambas as patologias são categorias êmicas (ou, nas palavras da autora, *folk*) que expressam um momento de perigo extremo para a criança, praticamente de irreversibilidade do quadro. A autora afirma que todos os sintomas de doenças infantis podem se encaixar numa ou outra definição – gasto, fraqueza, diarréia, vômitos, moleira funda, olhos fundos, palidez, convulsões etc. Ao longo do livro, há vários exemplos da “doutora Nanci” tentando convencer os pais de que eles estão (ou estiveram) errados no seu diagnóstico e se deparando com a “prematura” aceitação, por parte destes, da morte de um filho. Para uma antropóloga vinda de uma sociedade “medicalizada” como os Estados Unidos, não deve ter sido muito fácil compreender a convivência da população com outros avaliadores que não os médicos do estado de saúde das pessoas:

Como pode uma mãe ter certeza de que se trata de um caso sem remédio de gasto e não de uma simples diarréia infantil? Como pode uma mãe diferenciar entre a dentição comum e os sintomas mais temidos e potencialmente fatais dos ‘dentes presos’? Quando um susto deixa de ser somente um mau sobressalto, um simples reflexo do medo, e passa a esvaziar a alma do bebê? (p. 369)

Em alguns momentos, Scheper-Hughes entende que o estabelecimento de um desses diagnósticos terminais (“doença de criança” ou “ataque de menino”) não depende apenas da evolução da criança, mas de uma série de fatores que ela considera “externos (domésticos)” (p. 376) e que fazem parte do contexto em que as decisões sobre a vida e a morte das crianças são tomadas. Apesar disso, a antropóloga considera o diagnóstico êmico uma condenação prematura e desnecessária das crianças à morte. Uma criança diagnosticada com alguma dessas duas patologias passa a ser, segundo a autora, estigmatizada pelos seus. Nesse caso, a morte social desencadeia necessariamente a extinção física, sobretudo no caso dos bebês que dependem em tudo do cuidado alheio (p. 376).

Outro aspecto que recebe amplo tratamento na obra é a reação emocional das mães à perda de um filho – *locus* do choque cultural que a antropóloga experimentou quando da sua primeira experiência no Brasil. Segundo Scheper-Hughes, existe todo um treinamento emocional que força as mães a não desenvolverem laços afetivos fortes com todas as crianças logo que nascem. Tudo se passa como se o amor fosse sendo depositado na criança ao longo do tempo, quando a ameaça da morte vai se afastando (p. 328). Deste modo, as mortes de crianças “condenadas” são recebidas com indiferença: as mães, simplesmente, estariam anestesiadas culturalmente para não sentir dor. O embotamento das emoções aparece expresso na prescrição de “se conformar” com a morte dos filhos e na proibição de chorar essa perda. Bem diferente é a reação emocional quando morre uma criança forte, depositária desde cedo das esperanças dos pais. É apenas nessas últimas situações que Scheper-Hughes manifesta encontrar atitudes de dor e de luto.

A discussão a respeito do desaparego, da negligência seletiva e da ausência de luto entre as mães nordestinas não responde apenas a uma tentativa de compreender atitudes que surpreenderam a autora. Tais questões se inserem, também, num debate teórico em relação ao pensamento e às práticas maternas, no qual Nancy Scheper-Hughes serve-se do exemplo das mulheres do Alto do Cruzeiro para questionar

... as teorias do 'vínculo materno' e do apego psicológico maternal em relação às crianças, assim como do feminismo cultural, que defende a existência de uma concepção singular dos objetivos, interesses e concepções morais das mulheres (1997, p. 328).

Assim, a antropóloga constrói a tese da negligência seletiva como contraponto à compreensão de que existiria um *ethos* essencialmente feminino de devoção materna, defendida por autoras como Sara Ruddick.

Também se distancia de historiadores sociais como Philippe Ariès (1986) e de filósofos como Elizabeth Badinter (c1980), para os quais o amor materno seria uma invenção da modernidade. As teses desses autores pecariam, segundo Scheper-Hughes, de "excesso de diferença" (1997, p. 341), além de não atribuir às mães um papel efetivo na morte de seus filhos: "A maioria dos historiadores tende a rejeitar a hipótese da negligência mortal e identifica a indiferença materna não tanto como a causa mas como o efeito da alta mortalidade infantil" (p. 342).

Nations e Rehbun (1988) situam os trabalhos de Scheper-Hughes na continuidade de uma tradição antropológica que incide sobre o fatalismo, a cultura da pobreza e a negligência seletiva. Esta abordagem considera o fatalismo como sistema de valores que norteia a prática social entre grupos urbanos e, principalmente, camponeses, de baixa renda. O fatalismo, conceituado pelos antropólogos Robert Redfield e Oscar Lewis, entre outros, é a crença na impossibilidade humana de alterar o curso dos acontecimentos, determinados por desígnios divinos. Encontra-se ligado à imagem da escassez de bens, teoria desenvolvida por George Foster para descrever a crença de certas populações na existência de bens em quantidades limitadas, de forma que a prosperidade de um grupo acarreta a desgraça dos outros. Tal visão de mundo explicaria não apenas as crenças mágico-religiosas do *olhado* (como produto da inveja) mas, também, seria uma das causas que reproduziria a situação de miséria destas populações. Na teoria de Scheper-Hughes, a sobrevivência das crianças entre as classes populares é vista como um bem limitado e, como resposta, o amor das mães age seletivamente.

2. Sacrifícios e sofrimentos para salvar as crianças: o enfoque de Nations e Rehbun

Marilyn Nations e Linda Rehbun tiveram um contato diferente com os problemas de saúde das populações empobrecidas do Nordeste. Sua inserção se deu através de um projeto multidisciplinar onde estavam envolvidos médicos,

enfermeiros e cientistas sociais da Universidade da Virgínia (USA) e da Universidade Federal do Ceará. Novamente, faz-se presente a atuação de instituições norte-americanas em processos que dizem respeito à saúde das populações da região, só que desta vez de forma articulada com instituições governamentais locais⁶. O projeto perseguia uma dupla finalidade: pesquisar sobre a mortalidade infantil para, depois, intervir na redução das altas taxas no Estado do Ceará. Várias produções científicas e em educação para a saúde resultaram desse projeto⁷. Neste trabalho, estaremos trazendo para a discussão as reflexões contidas no artigo "*Angels with wet wings won't fly: maternal sentiment in Brazil and the image of neglect*", de 1988, escrito em parte como resposta aos primeiros artigos de Nancy Scheper-Hughes sobre sua experiência no Alto do Cruzeiro, publicados em 1984 e 1985.

A partir de um trabalho de campo realizado nos anos de 1979 a 1986, em meio rural e urbano do Ceará, Nations e Rebhun fazem uma severa crítica à tese da negligência seletiva. Cabe salientar que as informações que alimentam as argumentações das duas antropólogas repousam sobre um período mais extenso de observação do que aquele da sua colega Nancy Scheper-Hughes. Inclusive, tanto Linda Rebhun como Marilyn Nations continuaram trabalhando no Nordeste brasileiro após esse primeiro período: Nations esteve vinculada à Universidade Federal do Ceará até, no mínimo, 1997; e Rebhun publicou vários trabalhos baseados em outros estudos na região, entre os anos 1993 e 1999.

Segundo as autoras:

... os freqüentes sacrifícios extremos que as famílias fazem para tratar das crianças doentes, o envolvimento dos curandeiros tradicionais nas decisões do tratamento, e as crenças religiosas dos nossos informantes acerca da morte e da vida após a morte requerem uma re-examinação das hipóteses do fatalismo e da negligência" (1988, p. 143).

As crenças e atitudes observadas por Scheper-Hughes seriam complexas explicações *a posteriori*, racionalizações para dar conta de um fenômeno que se percebe de forma dolorosa, não fazendo parte de uma estratégia seletiva da prole. As autoras justificam sua tese através de uma série de evidências etnográficas.

Em primeiro lugar, Rebhun e Nations descrevem minuciosamente os itinerários terapêuticos traçados pela população para assistir suas crianças

⁶ O projeto recebeu apoio das seguintes instituições: W.K. Kellogg Foundation, Rockefeller Foundation, PRICOR/USAID, Project HOPE, Berkeley Latin American Studies Foundation, Uva Division of Geographic Medicine, UC Berkeley Anthropology Department.

⁷ Marilyn Nations tem uma importante trajetória no estudo da mortalidade infantil no Brasil, com uma dissertação sobre doença de criança e várias apresentações em congressos e textos em coletâneas sobre a terapia de reidratação oral em periódicos americanos (ver Nations & Rebhun, 1988 e Rebhun, 1999). No Brasil, Nations *et al.* (1997) publicaram uma cartilha para trabalhar reidratação oral com a comunidade, baseada nos resultados das pesquisas.

quando adoecem. A partir do momento em que é identificada uma doença na criança, as mães procuram diversos sistemas de cura. Iniciando usualmente com o tratamento em casa, vários especialistas são consultados, que não se limitam àqueles responsáveis pela medicina oficial, mas também incluem rezadeiras, raizeiros, umbandistas, espíritas, farmacêuticos e médicos populares. A escolha por um determinado especialista é feita em virtude da etiologia atribuída à doença: o mau olhado ou quebranto serão encarregados às rezadeiras; a quentura precisará dos cuidados do raizeiro etc. Contrariando as explicações antropológicas sobre o fatalismo, e apesar das alusões constantes entre a população à vontade de Deus, as autoras afirmam não encontrarem entre as mães comportamentos generalizados de negligência e sim vontade de resolver o problema, aliando os métodos disponíveis da biomedicina àqueles dos sistemas de cura tradicionais, que lhes são tão familiares.

Uma segunda evidência etnográfica apresentada pelas autoras é a realização de esforços consideráveis pelas mães e pela comunidade para salvar as crianças, condensados na expressão “andar e esperar” (Nations and Rebhun, 1988, p. 156), freqüentemente usada pelas mulheres para descrever suas tentativas. Cenas de espera na fila do hospital, de venda dos escassos bens materiais para poder custear o tratamento de um filho, de intermináveis percursos por diversos sistemas de cura são exemplos disso. Os esforços são dobrados naqueles casos que Scheper-Hughes considerava negligenciados: as crianças *fracas*.

As autoras também discordam da afirmação de Scheper-Hughes sobre o fato das crianças serem, para as mães, simples “visitantes” “substituíveis”. Mortos ou vivos, os filhos continuam fazendo parte da família. A repetição dos nomes para vários irmãos manifesta a vontade de imortalizar ou reencarnar a criança morta, bem como o desejo da mãe de ter um filho com esse nome, jamais como a possibilidade de que os filhos possam ser substituídos.

Por outro lado, a identificação de “doença de criança” não é vista pelas autoras como uma “condenação”. Nations e Rebhun entendem essa categoria como a identificação do momento em que os pais, depois de muitas tentativas de cura, não vêem mais esperança para a criança. A decisão de pôr fim aos cuidados ao doente não recai unicamente na mãe, mas estão envolvidos outros atores da comunidade:

É devido ao consenso social, antes do que a uma “deficiência percebida na criança” (Scheper-Hughes 1984, p. 541, 1985, p. 305), que as mães não são castigadas pelos moradores quando ocorre a morte. O ponto de decisão é determinado pelos membros da comunidade de acordo com critérios e padrões específicos socialmente construídos. Pais empobrecidos e cuidadores tradicionais decidem pela suspensão do tratamento usando critérios como: 1) a severidade dos sintomas da criança e a probabilidade de sobrevivência; 2) as condições realmente disponíveis para um tratamento efetivo; 3) o peso do tratamento nos recursos familiares totais; e 4) a qualidade de vida da criança sobrevivente (Nations and Rebhun, 1988, p. 173).

A decisão de que uma criança “não tem jeito” é feita, relatam as autoras, em última instância, depois de esgotar todas as possibilidades de que se pode lançar mão. Essa decisão, portanto, não provoca a morte da criança, como quer a tese de Scheper-Hughes. Pelo contrário:

Como parte de um sistema ético, esses comportamentos normativos não são interpretados como causa da morte do paciente pelos moradores, porque eles derivam de julgamentos culturais partilhados sobre o ponto em que o tratamento e a esperança devem cessar (Nations e Rebhun, 1988, p. 172-173).

A identificação do momento da agonia tem um importante desdobramento: ela determina o início da preparação simbólica para o passamento da criança. Uma outra ordem de cuidados vai se estabelecer nesse momento, atingindo não o corpo em agonia da criança, mas a vida dela pós-morte.

Por fim, Rebhun e Nations tampouco encontraram evidências da “aparente indiferença” que tanto chocou Scheper-Hughes. Não chorar pela morte de um filho não corresponde, segundo as autoras, a uma pretendida fragilidade dos laços construída culturalmente. Esse comportamento de ocultação faz parte de uma norma cultural acerca da forma de expressar as emoções pela morte de uma criança (*conformação*), fortemente comandada pelas crenças místico-religiosas. A aparente indiferença perante a morte das crianças é interpretada pelas autoras como uma máscara para ocultar a dor.

A negativa a verter lágrimas após a morte de uma criança, para evitar que as asas do *anjinho* molhem e este não ascenda aos céus, é mantida, segundo as autoras, com grande esforço por parte das mães que “viram as costas [à criança morta], mordem os lábios e apertam seus olhos com os punhos para abster-se de chorar” (Nations & Rebhun, 1988, p. 162). As crenças em *anjinhos* não são mobilizadas até o falecimento (ou a inevitável morte) das crianças, sendo assim racionalizações *a posteriori*. Nos funerais, as autoras destacam também o rico simbolismo reinante, embora com recursos materiais simples. A crença na transformação dos filhos em *anjos*, longe de promover indiferença perante a possível morte das crianças, proporcionaria conforto às mães, que esperam reencontrar seus *anjinhos* após a própria morte.

3. Contrastando as interpretações

O debate apresentado até aqui acerca do sentimento das mães nordestinas em relação a seus filhos tem importantes conotações. As manifestações de dor pela morte de um filho, ou pelo contrário, a ausência dessas manifestações, não nos informam apenas da qualidade da afetividade entre mães e filhos. O que parece estar em jogo nesse debate é, sobretudo, a capacidade das mulheres de cuidarem de suas crianças. Um aspecto primeiro a pensar é, pois: como é possível que dados potencialmente tão semelhantes possam nos conduzir a interpretações tão diferentes acerca da relação mãe-filho no que diz respeito a cuidados e afeto? Nesta parte, estaremos levantando algumas questões que podem nos ajudar a compreender melhor essa diferença.

4. É possível checar fontes em antropologia?

Contrariamente ao que acontece em outros campos do conhecimento, a construção do saber, em antropologia, passa necessariamente pela interação do pesquisador com o objeto da sua pesquisa, fato que confere à nossa disciplina seu caráter intersubjetivo e extremamente dependente do olhar de quem a pratica:

... como o observador é parte integrante do processo do conhecimento e descoberta, pode-se dizer, como já se fez anteriormente, que na antropologia não existe fato social, mas 'fatos etnográficos', salientando que houve seleção no que foi observado e interpretado no relato (Peirano, 1995, p. 17).

O debate a respeito do amor materno e da morte infantil é um bom exemplo de como o olhar do pesquisador pode influir na escolha de fatos etnográficos, na compreensão de tais fatos e no peso dado às diversas observações no estabelecimento de teorias maiores a respeito do que é observado.

Nesse sentido, Lygia Sigaud (1995) chama a atenção para dois problemas importantes no que diz respeito às escolhas feitas por Scheper-Hughes e que serviriam de base à tese da negligência seletiva. Um desses problemas seria o da "administração da prova" (p.171) por parte da autora. Com efeito, podemos observar uma tendência a estabelecer generalizações com base em informações pontuais e não devidamente contextualizadas. Um exemplo disso é a utilização do depoimento de uma única parteira, dona Maria, como prova suficiente para a afirmação de que algumas crianças são condenadas desde o momento do nascimento (Scheper-Hughes, 1997, p. 354).

Outro dos problemas apontados por Sigaud é o dos critérios para a seleção dos fatos etnográficos por parte da antropóloga norte-americana: "O critério da escolha parece ter sido o fato de que esses comportamentos a chocaram" (1995, p. 171). Embora não sendo possível neste momento fazer uma análise completa a esse respeito, podemos perceber que grande parte dos exemplos etnográficos em *Death without weeping* provém do primeiro período de Scheper-Hughes no Brasil. Cabe lembrar que, nessa época, a jovem Nancy provavelmente não tinha concluído seus estudos em antropologia e, certamente, não veio realizar um trabalho antropológico no sentido de compreender, mas um trabalho sanitário voltado à intervenção e modificação de comportamentos.

O fato de vir de uma sociedade onde não morriam tantas crianças é ressaltado pela própria autora como ponto de partida básico para o estranhamento antropológico. Entretanto, essa questão, bem como as circunstâncias da vinda ao Brasil e a própria juventude da autora, não são devidamente incorporadas à análise. O estranhamento de Scheper-Hughes atua como o parâmetro da normalidade, espelho no qual os comportamentos das mães do Alto irão se refletir de forma distorcida. Fica muito evidente que o livro foi escrito para pessoas que partilham da mesma sociedade e parâmetros

de normalidade de Scheper-Hughes (ver também Sigaud, 1995, p. 171). Não por acaso, seu livro não tem ainda edição em língua portuguesa.

A escolha dos fatos etnográficos pelo critério da surpresa deve ter influenciado bastante na construção da teoria da negligência. Cabe perguntar se os exemplos que a autora esgrime como prova de descuido materno são vistos pela população, de fato, como uma norma comportamental aceita na relação mãe-filho. Nesse sentido, Nations e Rebhun (1988) trabalham com a noção de “mãe descuidada”, denominação dada pelos “cuidadores” populares no Ceará, para rotular aqueles casos em que as mulheres não tomam conta de suas crianças como seria esperado. Segundo as autoras, esses casos não são entendidos, em nenhum momento, como o padrão local de cuidado das mães pobres em relação a seus filhos. Antes, os cuidadores compreendem que, sob determinadas circunstâncias de muita pressão, as mães podem não cuidar dos filhos de maneira adequada (em termos de higiene, alimentação etc.), o que não implica numa fragilidade do vínculo com eles (Nations & Rebhun, 1988, p. 184-186). Sigaud (1995, p. 173), a partir da análise dos fatos etnográficos trazidos por Scheper-Hughes, também se expressa no mesmo sentido, apontando crises conjugais ou na relação da mãe da criança com os próprios pais como possíveis circunstâncias que afetam negativamente no cuidado das crianças.

Em resumo, percebemos que, apesar de terem realizado trabalho de campo em contextos de pobreza e de estarem discutindo a mesma temática, as autoras em debate escolheram, organizaram e interpretaram os dados de forma tão diversa que é possível ter acesso a dois retratos muito díspares das mulheres pobres nordestinas em relação a seus filhos. Acreditamos, pois, que, embora o próprio fazer etnográfico possibilite a diversidade de interpretações sobre um mesmo contexto, é preciso refletir e deixar claro sempre em quais circunstâncias as escolhas são feitas e de que maneira as fontes são trabalhadas. Tanto Sygaud como Nations e Rebhun apontam dificuldades na gestão das fontes em Scheper-Hughes, o que levaria a uma visão muito parcial da relação das mães com seus filhos (vivos e mortos). Em base a nossas análises, nós endossamos essas críticas.

5. Como *traduzir* sentimentos?

Diferença fundamental entre os trabalhos apresentados aqui é a percepção do que as mães nordestinas sentem em relação a seus filhos, principalmente a reação emocional que elas experimentam quando da morte de uma criança ainda nos primeiros anos de vida. Como vimos, tanto Scheper-Hughes como Nations e Rebhun coincidem quanto à causalidade social do problema da mortalidade infantil. Para a primeira, no entanto, as mães não expressam sentimentos de dor em relação às crianças mortas porque, de fato, não experimentam essa perda como algo doloroso. A única exceção a essa “*belle indifférence*” (Scheper-Hughes, 1997, p. 410) é nos casos em que as mães acreditam que uma determinada criança irá sobreviver e esta, contrariando

as expectativas, morre. Para Nations e Rebhun, diferentemente, as mães sentem profundamente a morte de todos os seus filhos. No entanto, são culturalmente informadas da inadequação de expressar seus sentimentos e, por isso, evitam chorar e manifestar dor. A ambigüidade entre o sentir e o expressar está, pois, no cerne da discordância nas interpretações.

Para tentar compreender melhor a diferença na forma em que as autoras encaram a expressão pública dos sentimentos das mães nordestinas, precisamos rastrear seu entendimento sobre a própria natureza das emoções. No capítulo oitavo do seu livro, Scheper-Hughes assim descreve sua orientação no estudo das emoções:

Minha análise situa-se no marco dos estudos sobre a construção cultural dos sentimentos e tenta superar as distinções entre o afeto 'natural' e o 'socializado', entre sentimentos privados 'profundos' e sentimentos públicos 'superficiais', entre expressões emocionais conscientes e inconscientes. Na medida em que tenta mostrar como o contexto econômico, político e cultural dá forma às emoções, esta análise pode ser entendida como uma 'economia política' das emoções (1997, p. 328).

Embora afirmando conhecer a obrigação cultural de se "conformar" perante a morte de um filho, Scheper-Hughes repete em inúmeras ocasiões que as mães nordestinas não lamentam seriamente a morte de suas crianças:

Mas era indiferença mais do que choque ou trauma o que eu observava com mais freqüência no Alto. Uma pessoa traumatizada não encolhe os ombros e diz alegremente 'melhor ele do que eu ou você' e em pouco tempo volta a engravidar porque as crianças são intercambiáveis e facilmente substituíveis (p. 341).

Sua insistência na falta de reação emocional precisa ser compreendida, como já sugerimos, em diálogo com as percepções do vínculo materno que a autora pretende atacar. Mas na sua defesa acirrada dessa idéia, Schper-Hughes chega a forçar os termos da tradução cultural de emoções, traçando um paralelo entre as mães nordestinas e Mersault, personagem principal do conhecido romance existencialista *O estrangeiro*, de Albert Camus, que acolheu com perturbadora frieza a notícia da morte da própria mãe (1997, p. 266).

Muito diferente é a visão de Nations e Rebhun acerca da ausência de lágrimas quando da morte de uma criança. Como já foi dito, as autoras enfatizam no seu texto a base religiosa que apóia o interdito entre as mães nordestinas, fazendo uma análise bastante detalhada das crenças da população, bem como descrevendo cuidadosamente os cuidados dispensados não apenas ao corpo mas à alma da criança no momento da agonia e após sua morte. Segundo a interpretação dessas autoras, as mães evitam chorar a morte de seus filhos como uma forma de garantir uma boa passagem destes para o além. Longe de significar indiferença, a "conformação" é um estado ideal a ser perseguido pelas mães profundamente abaladas pela perda de uma criança:

Nossas informantes foram unânimes: embora fiquem calmas externamente, as mães sentem profundamente a perda de seus bebês e crianças; suas lágrimas, embora escondidas 'dentro de nossos corações', como uma mãe colocou, não são menos dolorosas nem estão menos presentes (Nations and Rebhun, 1988, p. 160).

Parece existir, aqui, uma tentativa de separação entre a dor expressa e a dor sentida, separação esta que, de acordo com as autoras, é claramente verbalizada pelas informantes.

Outro aspecto importante na diferente compreensão dos sentimentos decorre das teorias que informam as três antropólogas em relação à cultura das chamadas classes populares. Entendemos, como Nations and Rebhun (1988), que a interpretação de Scheper-Hughes mostra-se fortemente identificada com as teorias do fatalismo. Mais precisamente, é possível ver, em várias passagens, uma significativa influência da teoria do "bem limitado" de George Foster, citado em Nations and Rebhun (1988, p. 144), segundo a qual os camponeses mexicanos entendem que todos os bens desejáveis, inclusive emoções e sentimentos, existem em quantidades limitadas. A escassez de bens parece estar implícita na própria concepção de Scheper-Hughes a respeito da natureza das emoções, como se depreende deste comentário sobre as instituições do compadrio e dos filhos de criação: "Ambas instituições pressionam recursos emocionais e materiais limitados, distribuindo-os em quantidades ainda menores entre uma rede mais ampla de pessoas" (Scheper-Hughes, 1997, p. 107). Como já dissemos, a associação entre a escassez material e a escassez de sentimentos é feita desde a própria explicitação da temática no seu livro: "O livro trata sobre cultura e escassez, ambas no seu sentido material e psicológico" (p. 26).

Bem diversa é a concepção de Nations and Rebhun. Para estas, as alusões à vontade de Deus que as mães com frequência fazem em relação à perda de seus filhos não são reveladoras da sua passividade, como quer Scheper-Hughes. Trata-se de justificativas *a posteriori*, racionalizações para explicar a perda mas não roteiros de atitudes. Nesse sentido, embora não haja maior desenvolvimento do tema no artigo, é possível rastejar uma visão dos sujeitos enquanto agentes, capazes de encontrar alternativas e de lidar criativamente com as estruturas ao seu redor.

Considerações finais

Neste ensaio, tentamos apontar alguns caminhos para uma melhor compreensão do debate sobre o sentimento materno e a mortalidade infantil. Nos limites deste trabalho, não foi possível ir além dessa leitura incipiente. Retomando nossa preocupação inicial, pensamos que uma aproximação antropológica "nativa" a essas temáticas é mais do que pertinente nos tempos atuais. Em primeiro lugar, como já dissemos, pelo forte impacto que a obra de Nancy Scheper-Hughes está produzindo fora do país. Apesar de sabermos da existência de duas importantes resenhas de autores brasileiros, publicadas em

periódicos internacionais⁸, ainda é discreta a contribuição nacional a esse debate.

Um dos aspectos polêmicos da interpretação de Scheper-Hughes é sua visão das mulheres pobres pelo viés da falta e do fatalismo. O quadro que ela apresenta corresponde à forma como os países do chamado Terceiro Mundo têm sido retratados nos chamados países desenvolvidos, e não apenas lá. Estereótipos sobre os pobres e a pobreza são também produzidos pelas classes dominantes no Brasil. Aqui, alguns autores, entretanto, têm se preocupado em questionar tais interpretações, mostrando o universo das classes populares por outro viés que não o da falta (ver Sartri, 1996; Fonseca, 2000; Duarte, 1986 e Heilborn, 1997). Acreditamos que a incorporação desses conceitos daria uma outra significação à problemática, traduzindo melhor a complexidade com que essas populações organizam seu cotidiano. Nesse sentido, o artigo de Nations and Rebhun, ao tentar se afastar das teses fatalistas e da negligência seletiva, consegue pincelar o *ethos* das classes populares de uma forma mais rica e menos estereotipada. Lamentamos que a obra dessas autoras não tenha alcançado a mesma dimensão da sua conterrânea.

Uma atualização do debate – realizada, desta vez, desde a nossa “periferia” – se faz necessária também face à mudança que vem ocorrendo nas taxas da mortalidade infantil e de fecundidade no país, nas últimas décadas. Contribuíram para a redução dessas taxas inúmeros processos desenvolvidos por organismos nacionais e internacionais, muitos deles localizados na área de saúde (Franch, Falcão & Silva, 1999). É interessante perceber que o *locus* desses processos é o comportamento das mães, e a estratégia principal é o incentivo ao aleitamento materno exclusivo nos primeiros meses da vida da criança. Neste novo contexto, revisitar o debate sobre sentimento materno e mortalidade infantil ganha um renovado interesse. Como se deu a passagem de uma visão das mães enquanto causadoras até da morte dos seus filhos a uma percepção das mesmas como aliadas indispensáveis na luta contra as altas taxas de mortalidade? Foi o sentimento materno que mudou? Quais os pressupostos sobre os quais essas novas políticas se erguem? Quem são hoje os avaliadores da vida e da morte das crianças? Quais são os itinerários terapêuticos percorridos na atualidade e qual a relação entre os vários sistemas? Será que a crença em anjinhos tem, nos dias que correm, o mesmo peso que há vinte anos atrás? É possível se pensar esse debate em relação ao pai da criança, levando-se em consideração as significativas mudanças na atuação de homens e mulheres nos domínios público e privado?

Longe de encerrar o debate, nessas considerações pretendemos apenas chamar a atenção para um domínio no qual muito há ainda o que discutir.

⁸ Margolis, M. Resenha do livro de Nancy Scheper-Hughes, *Death without Weeping. The Violence of Everyday Life in Brazil*. In: *American Anthropologist*, 95:496, 1993; Santos, R. Resenha do livro de Nancy Scheper-Hughes, *Death without Weeping. The Violence of Everyday Life in Brazil*. In: *American Journal of Human Biology*, 7(1):100-101, 1995.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. (1986). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BADINTER, Elisabeth. (1980). *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel. XVIIe-Xxe siècle*. Paris: Flammarion.
- DUARTE, Luís Fernando. (1986). *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editor/CNPq.
- FRANCH, Mónica; LAGO-FALCÃO, Tânia & SILVA, Vera da. (1999). *Mortalidade infantil: uma perspectiva antropológica*. Recife: PPGA-UFPE, (mimeo).
- FRANCH, Mónica & LAGO-FALCÃO, Tânia. (2000). Crianças que são anjos: o simbolismo da morte de crianças no Nordeste brasileiro. Trabalho apresentado na 22ª Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, mimeo.
- _____. (2000). Mulheres rezando lágrimas: o interdito do pranto entre as mães nordestinas. Trabalho apresentado no X Ciclo de Estudos sobre o Imaginário. Recife, mimeo.
- FONSECA, Cláudia. (2000). *Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- HEILBORN, Maria Luiza. (1997). O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher: Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.
- NATIONS, Marilyn K. & REBHUN, Linda A. (1988). "Angels with wet wings won't fly: maternal sentiment in Brazil and the image of neglect". In: *Culture, Medicine and Psychiatry*, 12: 141- 200.
- NATIONS, Marilyn K. et al. (1997). *Rezas e soro salvando crianças: como motivar passo a passo os curandeiros populares a curar a diarreia e desidratação na comunidade*. Fortaleza/Ceará: Fundação Instituto Conceitos Culturais & Medicina.
- PEIRANO, Mariza. (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- REBHUN, Linda. (1993). "Nerves and Emotional Play in Northeast Brazil". *Medical Anthropology Quarterly*, 7, nº2: 131-51.
- _____. (1994). "A Heart Too Full: The Weight of Love in Northeast Brazil". *Journal of American Folklore*, 104, nº423:167-80.
- _____. (1995). Contemporary Evil Eye in Northeast Brazil. In: BENDIX, R. and LÉVY ZUMWALT, R. (eds.). *Folklore Interpreted: Essays in Honor of Alan Dundes*. New York: Garland, pp. 213-233.
- _____. (1999). *The Heart is Unknown Country: Love in the Changing Economy of Northeast Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- SARTI, Cynthia Andersen. (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, São Paulo: Autores Associados.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. (1992). *Death without weeping - the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley, Los Angeles: Univ. of California Press.
- _____. (1997). *La muerte sin llanto. Violencia y vida cotidiana en Brasil*. Barcelona: Editorial Ariel.

_____. (1984). "Infant mortality and infant care: cultural and economic constraints on nurturing in Northeast Brazil". *Social Science and Medicine*, 19, 5: 535-546.

SCOTT, Russell Parry. (2004). Antropologias nacionais e articulações internacionais: Brasil e Estados Unidos. In: OLIVEIRA, Marcos Guedes de (org.). *Brasil e EUA no novo milênio*. Recife: NEA/Ed. Universitária da UFPE, p. 101-126.

SIGAUD, Lygia. (1995). "Fome" e comportamentos sociais: problemas de explicação em antropologia. *Mana*, 1(1), 167-175.

RESUMO

Será que elas sofrem? Algumas observações sobre Death without weeping de Nancy Sheper-Hughes

Neste trabalho são discutidas diversas interpretações acerca do sentimento de mães de "anjinhos" no Nordeste, que têm em comum o fato de ter sido elaboradas e divulgadas (principalmente) fora do Brasil. Em 1992, a antropóloga Nancy Scheper-Hughes lançava nos Estados Unidos aquele que se tornou o renomado livro *Death without Weeping – the violence of everyday life in Brazil*, baseado em observações realizadas num município da mata pernambucana no período de 1964 a 1984. Um dos argumentos mais polêmicos da obra foi a tese da "negligência seletiva", segundo a qual, resumidamente, as mães realizariam um menor investimento afetivo e material naquelas crianças que percebem mais frágeis, como uma forma de lidar com as elevadas taxas de mortalidade infantil. Ainda sem tradução ao português, *Death without Weeping* é considerado leitura obrigatória para antropólogos e especialistas no Brasil e em inúmeros centros acadêmicos internacionais, afetando certamente sua visão sobre o país. Não é essa, entretanto, a única aproximação ao sentimento materno no debate antropológico além das fronteiras nacionais. Com base em observações em áreas rurais e urbanas do Nordeste, as também norte-americanas Linda Rebhun e Marilyn Nations publicaram vários artigos a respeito da relação mãe-filho, fazendo uma severa crítica à tese da negligência seletiva. Por que dados semelhantes conduzem a interpretações radicalmente diferentes sobre as emoções? É possível "checar fontes" em antropologia? Essas questões do debate serão postas em relevo, numa tentativa de dialogar com as interpretações "de fora" a partir de um olhar antropológico "de dentro".

Palavras-chave: sentimento materno; mortalidade infantil; antropologia

ABSTRACT

Do they suffer? Some observations about Death without weeping by Nancy Sheper-Hughes

This paper discusses several interpretations on what mothers feel when they loose their children in Northeast of Brazil. These interpretations have in common the fact of having been written and spread (mainly) outside of Brazil. In 1992, the anthropologist Nancy Scheper-Hughes published in United States her well-known book *Death without Weeping – the violence of*

everyday life in Brazil. It was based on observations conducted in a city in the area of sugar plantation, in Pernambuco, in several months between 1964 and 1984. One of her findings was the thesis of the “selective neglect”, meaning that mothers gave a weaker affective and material investment in their fragile children, as a way of dealing with high rates of infant mortality rates. The book has not been translated into Portuguese yet, but it is well consulted by other anthropologists, specialists in Brazil, from international academic centres. Other American anthropologists, however, have had a very different approach to the same matter. Based on observations on rural and urban areas in Northeast, Linda Rebhun and Marilyn Nations published several articles on mother-child relations, where they criticized the thesis of selective neglect. Why similar information lead to interpretations radically different about emotions? Is it possible to ‘check’ sources on anthropology?

Keywords: mother’s feelings; infant mortality; anthropology

Recebido para apreciação: janeiro de 2004

Aprovado para publicação: abril de 2004